

## **A aliança indígena com as novas tecnologias da informação: as investidas dos povos originários amazônicos diante um cenário multifacetado**

*The indigenous alliance with new information technologies: the attacks of amazonian originating people through a multifaceted scenario*

**Paulo César Barros Pereira**

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

paulo.barros.pereira12@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3706-1013>

**Gasodá Wawaeitxapôh Suruí**

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil

gasods9@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3594-2084>

**Maria Liziane Souza Silva**

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil

liziane.souza.silva@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6542-9631>

**Adnilson de Almeida Silva**

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil

adnilson@unir.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2555-0861>

### **RESUMO**

Este trabalho é fruto das pesquisas realizadas durante fase da Dissertação de Mestrado em Geografia defendida em 2020. O objetivo foi analisar a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação como meio de defesa territorial dentro dos Territórios Indígenas dos Ashaninka situados no estado do Acre e dos Paiter Suruí, do estado de Rondônia. Nos últimos anos alguns povos indígenas da Amazônia brasileira têm buscado novos métodos de melhorar seu bem viver, defendendo seu território e preservando sua herança cultural. As pressões territoriais e culturais depois do contato com o não indígena têm se tornado cada vez mais fortes. Diante disso, alguns destes povos tem se posicionado no enfrentamento diante tais ameaças ao utilizar modernos aparatos como oportunidade não somente de ressignificação ancestral e histórica, mas, de autonomia indígena, em um cenário multifacetado e complexo. Para refletirmos sobre tais questões adotamos o método fenomenológico que consiste na ciência dos fenômenos e propõe olhar para as nossas experiências com uma postura científica. Adotamos duas técnicas, a bibliográfica e a fonte oral, esta última considerada a mais antiga na difusão e propagação do saber. Como resultado apresentamos a utilização de equipamentos tecnológicos adotados pelas duas etnias (Ashaninka e Paiter Suruí), as quais são tidas como fundamentais para a defesa de seus territórios, bem como para o estabelecimento de parcerias estratégicas para seus projetos e fortalecimento de suas identidades étnicas.

**Palavras-chave:** Ameaças culturais, Povos indígenas, Inserção tecnológica, Defesa territorial.

### **ABSTRACT**

This work is the result of research carried out during the Master's Dissertation in Geography phase defended in 2020. The objective was to analyze the insertion of new information and communication technologies as a means of territorial defense within the Ashaninka Indigenous Territories located in the state of Acre and Paiter Suruí, from the state of Rondônia. In recent years, some indigenous peoples in the Brazilian Amazon have been looking for new methods to

improve their well-being, defending their territory and preserving their cultural heritage. Territorial and cultural pressures after contact with the non-indigenous have become increasingly strong. In view of this, some of these peoples have taken a stand in the face of such threats by using modern devices as an opportunity not only for ancestral and historical resignification, but for indigenous autonomy, in a multifaceted and complex scenario. In order to reflect on these issues, we adopted the phenomenological method that consists of the science of phenomena and proposes to look at our experiences with a scientific stance. We adopted two techniques, the bibliographic and the oral source, the latter considered the oldest in the diffusion and propagation of knowledge. As a result, we present the use of technological equipment adopted by the two ethnic groups (Ashaninka and Paiter Suruí), which are considered fundamental for the defense of their territories, as well as for the establishment of strategic partnerships for their projects and strengthening their ethnic identities.

**Keywords:** Cultural threats, Indigenous peoples, Technological insertion, Territorial defense.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem revolucionado a maneira do homem viver seja qual for o espaço geográfico que se encontra inserido. Em conformidade com Palfrey e Gasser (2011), desde o início da década de 1970 o mundo passou a mudar de configuração devido à introdução e utilização do microcomputador, o acesso a linhas telefônicas, a troca de mensagens pelo correio eletrônico (e-mails), com isso intensificou-se, aprimorou-se e continua em constante evolução pelas décadas subsequentes. Para esses autores, trata-se do período com maior aceleração de transformação tecnológica que ocorreu no que se refere à informação. Seus efeitos são sentidos nas mais diversas escalas geográficas, visto que perpassam desde a dinâmica econômica mundial até às relações cotidianas de trabalho e de lazer.

De fato, esses aportes promoveram verdadeira revolução tecnológica, o qual invadiu em todos os aspectos da vida cotidiana de inúmeros povos e isso não exclui os indígenas localizados na Amazônia brasileira. O contato com as mídias digitais é uma realidade em muitas dessas culturas, o que permite o rompimento de fronteiras dantes inimagináveis e inatingíveis. Assim, muitos desses povos originários, na atualidade, se beneficiam, em virtude da aproximação das comunidades indígenas com as cidades ou pelo próprio convívio dos indígenas no interior de seus territórios ou com outros povos por intermédio da internet.

Todavia, os desafios existentes no interior das culturas indígenas na atual conjuntura não são nada fáceis, uma vez que perpetuar um modo de vida com outros valores pode-se constituir desafio. É necessário deste modo possuir uma interpretação de “dentro para fora”, de modo a colocá-los no centro do debate.

A trajetória destes povos sempre foi e ainda continua marcada pela pressão social, territorial e cultural, desde o contato com os não indígenas. Hoje tal fato continua forte e intensificado devido a diversos fatores, sobretudo, àqueles relacionados a questões territoriais. Diante de tal contexto alguns dos povos indígenas têm buscado o protagonismo, por seus próprios meios, o que inclui o resgate e a valorização cultural do território. Alguns já começaram a utilizar-se de novos aparatos tecnológicos como ferramenta de subsídios para a defesa territorial, por meio do monitoramento contra as ameaças feitas às florestas, bem como na divulgação de suas riquezas naturais, culturais e espirituais.

Ao pensar sobre isso e no espaço multidimensional, percebe-se que as tecnologias tem tomado mundialmente, no Brasil e na Amazônia brasileira por meio dos territórios indígenas — cheios de significados por sua importância e riquezas de valor ímpar — o objetivo do presente artigo, fruto de pesquisa dissertativa, consiste em analisar sobre o uso das novas ferramentas tecnológicas pelos indígenas; alerta-se que, assim como para os não indígenas, esses aparatos são fundamentais, mas caso não empregadas corretamente podem ter consequências desastrosas. Imagina-se a princípio que sua utilização pode tanto agregar como desagregar valores nos modos de vida desses povos. Assim, a intenção é realizar uma análise quanto ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação utilizadas pelos povos indígenas Ashaninka, residentes no estado do Acre e pelos Paiter Suruí, situados no estado de Rondônia. Estes dois povos buscaram nestas novas tecnologias como forma de melhorar sua gestão territorial e assim ter maior controle de seus recursos naturais. A partir desta análise acredita-se na contribuição para a ampliação do debate, pois nota-se certa escassez literária sobre tal temática.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo é resultante de leituras de um arcabouço bibliográfico, além das experiências vividas, entre os meses de junho-agosto de 2019, nas três visitas à Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, com os Paiter Suruí no município de Cacoal-RO; uma viagem em novembro de 2019, na Terra Indígena Kaxarari, situada entre Rondônia e Amazonas; e também de diálogos

estabelecidos em 2018-2019, no campus da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, em Porto Velho, com um dos líderes dos Oro Waram, Francisco Oro Waram, morador da TI Igarapé Lage, situado no município de Guajará-Mirim, no extremo oeste de Rondônia. O breve diálogo se deu em torno do uso das tecnologias das informações por seu povo, qual nos informou, que em seu Território ainda não há o uso destes recursos como ferramenta de gestão e/ou proteção ambiental da Terra Indígena Igarapé Lage.

É oportuno destacar que um dos autores do artigo, Gasodá Suruí (mestre e atualmente doutorando em Geografia na Universidade Federal de Rondônia - UNIR), é indígena morador da Aldeia Paiter (Linha 09)<sup>1</sup>, pertencente ao povo Paiter Suruí, de modo que sua presença já se configura como autorização prévia. Ademais a realização das atividades que culminaram com o presente artigo teve sua autorização do Doutor Honoris Causa em Geografia/UNIR, Almir Narayamoga Suruí, líder maior (Labiway eSaga) do povo Paiter Suruí.

As visitas às TIs Kaxarari e Igarapé Lage, trataram-se apenas de convites formais efetuados pelos respectivos povos que habitam as terras mencionadas para que docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da UNIR pudessem conhecer as condições existentes em suas comunidades, com a finalidade de contribuir com diagnósticos etnoperceptivos socioambientais. Assim, todas as iniciativas para a participação de docentes e discentes foram demandadas pelos próprios povos indígenas de ambas as Terras Indígenas.

Utilizou-se a abordagem fenomenológica para discutir o assunto, uma vez que ela se interessa em valorizar as essências ou sentidos dos objetos (GUIMARÃES, 2008), além de significados e representações. O método permitiu experiências singulares com estes povos. A compreensão desenvolveu-se através da percepção dos relatos de cada um dos que nos concedeu entrevista e das vivências durante as viagens realizadas a estas Terras Indígenas. O método foi bem oportuno, em virtude de contemplar as percepções, as subjetividades e experiências. Os dias em campo tornaram-se aprendizados, um “descascar” dos conhecimentos “pré-concebidos”, momentos de cunho revelador e de amadurecimento.

Adotou-se duas técnicas: bibliográfica e fonte oral. A pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Em verdade, este é sempre o passo primeiro de todo trabalho científico, conforme aponta Fonseca (2002). Neste momento foi utilizado as principais abordagens teóricas, entre elas o conceito de território, territorialidades e algumas problemáticas sociais indígenas sob a perspectiva de Faria (2003), Davim (2005), Almeida Silva (2015), Suruí e Almeida Silva (2019). Estas autorias formaram a base qualitativa que endossaram este estudo.

Durante visitas às TIs Sete de Setembro, Kaxarari e Igarapé Lage — com média de três dias em cada uma delas, conforme período descrito anteriormente — foram debatidas várias temáticas, dentre elas as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as quais serviram como banco de dados coletados em campo, complementadas pelas observações, entrevistas livres com roteiro pré-definidos.

Neste sentido, foram adotadas a observação, o diálogo, as rodas de conversas, tudo de maneira bem informal, com respeito às temporalidades, à cultura e o modo de pensar do povo. O recurso utilizado para o registro desses momentos se deu por meio de câmera e gravador de celular das autorias. Estas técnicas permitiram contemplar as experiências, o sentido e a essência dos sujeitos, conforme propicia a fenomenologia.

Uma das técnicas utilizadas e muito importante para a análise foi a da fonte oral. Como trata-se de viés qualitativo da pesquisa, buscou-se durante a coleta de informações utilizar de tal técnica, sendo uma das mais comuns na Geografia, considerada como a maior fonte de conservação e difusão do saber através dos séculos. Ela é tão antiga quanto a própria História, pois foi a primeira espécie de história (GONÇALVES e LISBOA, 2007; THOMPSON, 1992).

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma estrada vicinal municipal rural no município de Cacoal – Rondônia. Regionalmente, essas estradas sem pavimentação, recebem o nome de linhas, seguidas por numeração específica.

Posteriormente, os dados foram sistematizados, analisados, de modo que passou a integrar o presente estudo, com o propósito de se compreender as dinâmicas, a inserção e a utilização de TICs pelos povos indígenas como ferramentas de gestão e/ou proteção de seus territórios. Alerta-se, no entanto, que o trabalho se focaliza somente os povos Paiter Suruí (Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia, com atividades em campo) e Ashaninka (estado do Acre, com revisão de literatura), os demais (Kaxarari e Oro Waram), por contingência normativa deverá ser analisado em outro momento oportuno.

### **3. TERRA E TERRITÓRIO INDÍGENA: PRÉVIA ABORDAGEM TEÓRICA**

A abordagem sobre território indígena tem sido tarefa complexa uma vez que esse assunto envolve tanto a materialidade e, “sobretudo, devido aos aspectos simbólicos e psíquicos composto pelos valores, sentimentos, tramas, apego às tradições e as relações intrínsecas de cada povo com seu habitat” (ALMEIDA SILVA, 2015, p.30). Tal condição, em conformidade com o autor, ocorre devido o sentido e significado para o indígena que a terra e território podem ser explicados através da cultura, de uma composição sensorial e psíquica na compreensão da subjetividade humana. Essa subjetividade seria expressada através dos valores espirituais, cosmogônicos, sociais e coletivos e ainda nas materializações das ações humanas das formas culturais e artísticas, do cotidiano vivenciado e também pelo arranjo político exercido por seus membros.

Desse modo, Terra e território possuem conceitos distintos. Terra é considerada como mercadoria, pois tem valor de troca, enquanto o de Território refere-se aos sentidos de limite e de planejamento e também as representações cosmológicas inerentes à cultura indígena (FARIA, 2003). Estes conceitos incorporados pela cultura indígena servem a princípio, como instrumento de reivindicação e estratégia para garantir o usufruto de uma série de direitos, negligenciados por parte do conjunto da sociedade nacional que produz uma narrativa discursiva que os indígenas seriam incapazes de serem cidadãos dentro do modo de produção capitalista (ALMEIDA SILVA, 2015).

Em verdade, é uma maneira de se remodelar, se adequar frente aos modelos impostos pelo sistema vigente. Para o aprofundamento da discussão foi emprestado o conceito de território defendido por Davim:

O território é o espaço apreendido, compreendido e transformado pela cultura humana. É através desta compreensão espacial que o homem constitui sua identidade, estabelece suas atividades, suas relações tanto com o meio quanto com os outros homens. É através da compreensão que o homem estabelece suas estratégias de sobrevivência e sua ação de denominação, o exercício do poder. (DAVIM, 2005, p.07-08).

Ao partir dessa premissa que o território indígena é aquele lugar da identidade cultural, das subjetividades, das representações simbólicas ligadas às ações humanas. Conforme o entendimento de Faria (2003), a concepção de terra perpassa àquela oportunizada por um modelo estruturador, no caso defendido pelo Estado, pois eles atuam principalmente na compreensão que a terra, os modos de vida, a organização social, a espiritualidade, a natureza e demais elementos que compõem a vida são indissociáveis, isto é, estão intrinsecamente impregnados de valores que vão além da materialidade. Todavia, não se coloca tais conceitos como verdades absolutas, visto que podem facilmente ser refutados com o passar dos tempos e também devido a imensidades de povos indígenas quais não foram pesquisados. Entende-se que cada uma possui sua lógica de visão e concepção de mundo.

Ao retomar à questão da diferença do conceito entre terra e território, encontra-se em Faria (2003) a análise que o Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal e demais legislações, cometeu o equívoco ao não considerar esses significados socioculturais dos povos indígenas. Isso seria para a autora nada mais que um jogo de poder, uma estratégia que atende somente aos interesses

do próprio Estado, pois, este encontra-se a serviço do sistema econômico, de modo que permite a neutralização e invisibilidade da presença indígena e abre espaço para a espoliação de suas terras.

Mediante a tal contexto, compreende-se que não há como ter um olhar simplificado sobre esse universo tão amplo, complexo e distinto que é das populações originárias e dos povos tradicionais que compõem a Amazônia brasileira. É importante e necessário aprofundar a discussão e romper com as narrativas e paradigmas coloniais construídas e operacionalizadas em território nacional ao longo dos séculos.

Neste processo, tem-se que as territorialidades e territórios dos povos originários se sustentam em bases construídas ancestralmente, as quais consistem na participação, cooperação, organização social, na identidade, na cultura no resguardo territorial — inclusive sua preservação e conservação como patrimônio (ambiente) que integra seu modo de vida, além da autonomia e resistência — visto que seu espaço de ação territorial é intrínseco à própria vida coletiva.

Na essência tem-se que as territorialidades indígenas em suas coletividades sociais, ocorrem pela definição de “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p.99), cujo significado das territorialidades se operacionalizam em consonância com suas qualidades e eficácia, isto é, perpassa o limite meramente físico, em função do estabelecimento de relações externas, nas quais a tecnologia (comunicação) é um dos elementos indispensáveis à uma “inter autonomia”.

Deste modo, a definição de território/territorialidade é compreendida com um caráter menos fechado, todavia multiescalar, o que revela autonomia, visto que procura promover um processo livre das amarras verticalizadas, com isso se realiza como coletividade (mais igualitária e aberta), cujo princípio se assenta na defesa e gerenciamento territorial, impulsionadora do pertencimento identitário cultural, em que os recursos existentes no território possam ser disponibilizados a todos da coletividade.

Entende-se que o processo de resistência e resiliência desses protagonistas (indígenas e povos tradicionais) é de se fazerem visíveis, ainda que tenham diante de si cenários desfavoráveis e complexos. Ao concluir, mesmo que de modo provisório tais constatações compreende-se que seus territórios e territorialidades não são meramente um objeto, mas trata-se de construção cosmogônica, cuja apreensão e significado de mundo estão ancorados nos desígnios apreendidos como valores ancestrais e espirituais, os quais eles adquiriram em seu espaço de ação, o que culmina, por assim dizer, na vertente fenomenológica.

Destarte, percebe-se que a concepção e compreensão indígena sobre o território e a territorialidade incluem todos elementos e fenômenos, os quais intrinsecamente se manifestam como integrante do processo de construção e pertencimento de sua identidade cultural e étnica.

Mediante a isso, os sentimentos e valores do construir-se cotidianamente, de entender, de vivenciar e de olhar seu mundo se inserem de representações, símbolos, signos e significados que possibilitam sua efetivação enquanto povo originário. Neste sentido, é manifesto que o território, a territorialidade, são parte de um conceito que é maior para os indígenas, ou seja, a terra, pois se colocam como integrante dela (SURUÍ e ALMEIDA SILVA, 2019).

Por conseguinte, os conceitos aqui utilizados foram pontos iniciais para as reflexões e utilizados como ferramentas no posicionamento analítico ao debate relativo ao fenômeno estudado. Alerta-se que essas reflexões não estão prontas nem acabadas, pois se tratam de processos, conceitos em permanente estado de construção.

### **3.1. Tecnologia: alguns apontamentos teóricos**

Ao longo da trajetória da humanidade instrumentos e ferramentas foram criadas para auxiliar e facilitar na realização de trabalhos, porém, após a Revolução Industrial há 3,5 séculos aproximadamente tem-se experimentado constante e permanente evolução tecnológica.

A tecnologia surge com a história das ferramentas, das técnicas úteis que possibilita tornar

as coisas práticas, algo que a humanidade buscou desde os primórdios e que por meio de inúmeras ferramentas nos ajudam em vários setores de nossas atividades produtivas, artísticas, intelectuais, dentre outras.

Atualmente as tecnologias estão presentes em toda parte, é fundamental e decisiva em vários momentos do nosso cotidiano de modo que não cabe pensar uma vida sem ela. Em qualquer lugar que se chega existe algo relacionado a ela, seja em casa, no trabalho, na rua, no campo, nas escolas, no lazer, enfim, uma imensa variedade que facilita e auxilia o ser humano.

Neste sentido, o conceito de tecnologia é empregado em muitas áreas do conhecimento e aqui são apontadas algumas considerações que se entendem pertinentes à abordagem analítica. A tecnologia concentraria “meios para prover os produtos” (MARTINO, 1983) necessários para o sustento e conforto humano.

Em uma amplitude maior, Alberti (1984) define como um corpo de conhecimentos, ferramentas e técnicas, resultantes da ciência e da experiência prática, usado no desenvolvimento, produção, e aplicação de produtos, processos, sistemas e serviços. Em direção semelhante, Kruglianskas (1996) considera-a como um conjunto de conhecimentos necessários para conceber, produzir e distribuir bens e serviços de maneira competitiva.

Deste modo, a tecnologia como se constata, utiliza-se da arte, da ciência, do pensar racional, e evoluiu no decorrer do tempo, com isso auxilia o homem e facilitar seu dia-dia. Ela é neste sentido, a adoção da parte “pensante”, a razão juntamente com a técnica para o conforto humano. Ela envolve tanto o conhecimento técnico como o científico, pois, utiliza-se da experiência prática e a produção racional para atender os objetivos que se almeja.

Os conceitos expressam a forte ligação da tecnologia com o sistema de produção que define claramente o atual momento vivido na contemporaneidade, marcada como “era da informação” e da instantaneidade — compressão do espaço-tempo, ou seja, o da aceleração dos processos globais, onde o mundo e as distâncias se encurtam e os eventos ocorridos em um lugar específico exerce impacto imediato sobre pessoas e lugares, ainda que estejam estabelecidos a milhares de quilômetros de distância (HARVEY, 2006 [1989]).

Toda essa evolução só foi possível porque ao longo do tempo o ser humano criou e adquiriu novas técnicas agregadas a novos conhecimentos de cada época. No que se refere ao momento com as atuais tecnologias, foi um avanço surgido a partir da década de 1970, principalmente. Alguns fatos e elementos foram determinantes para isso, tais como: as TICs e a computação, as quais estão diretamente ligados aos objetos tecnológicos que proporcionaram crescimento a uma velocidade nunca antes experimentada, por meio de microcomputadores e da World Wide Web, conhecida como rede mundial de computadores ou internet (MANDEL; SIMON e DELYRA, 1997).

Deste modo, a contribuição tem-se que as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2002, p.565). Nesse processo a tecnologia com suas redes constitui o ciberespaço, o qual é assim caracterizado por Silva (2013):

O ciberespaço emerge não como uma dimensão além humana e, por isso, muito além natureza. O ciberespaço constitui na verdade, uma dimensão da realidade complexa que as sociedades humanas contemporâneas construíram a partir de sua relação com a natureza. De certa forma, estudar o ciberespaço é estudar a questão das técnicas, enquanto elemento cultural de intervenção no espaço e ponte entre o humano e o natural. (SILVA, 2013, p.46).

Assim, o ciberespaço e as redes não podem analisados isoladamente, visto que são expressões que dizem respeito ao poder e conseqüentemente ao espaço e/ou território, são dotados de valiosas informações, as quais podem ser utilizadas com eficiência no espaço geográfico. Logo, pode-

se afirmar que as redes e o ciberespaço são portadores de qualidade espacial, e sobre este último, Silva e Tancman (1999) ponderam que:

O ciberespaço é, então, um ambiente que permite inúmeras possibilidades do mundo real. O mundo virtual caracteriza-se não propriamente pela representação, mas pela simulação. Esta simulação é, na verdade, apenas uma das possibilidades do exercício do real. Desse modo, podemos afirmar que o ciberespaço não está desconectado da realidade. (SILVA E TANCAMAN, 1999, p.58).

Para além da constatação dos autores, encontra-se como integrante da virtualidade o hipertexto e a metalinguagem que sintetizam o processo de criação e inventividade humano, como bem considera Castells (2002, p.414) que “pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana. O espírito humano reúne suas dimensões em uma nova interação entre os dois lados do cérebro, máquinas e contextos sociais”.

Ainda ao abordar sobre tecnologia das redes, ciberespaço, hipertexto e metalinguagem o autor considera o espaço como pertinente à ação humana para organizá-lo e empoderar o ser humano e isso ocorre pela conquista da autonomia. Assim, Castells (2005), infere que:

Isso se dá porque a autonomia apenas pode ser garantida pela capacidade de organização no espaço livre das redes de comunicação, mas, ao mesmo tempo, somente pode ser exercitada como uma força transformadora quando desafia a ordem disciplinar institucional por meio da recuperação do espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio se torna desistência. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo descontínuo. Dessa maneira, o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2005, p.49)

Hoje essas tecnologias são fundamentais, por não dizer, decisiva na nossa vida e necessárias para quase tudo. Deste modo, afiança Pinto (2009) que todo esse avanço das Tecnologias resultou em mudanças profundas nas relações sociais, empresariais, institucionais, políticas, sociais e também culturais, uma vez que tem revolucionado a maneira de interagir e alcançar povos das regiões mais distantes do Planeta, o que não exclui as populações tradicionais e os originários ou indígenas.

Ao referir-se aos povos originários constata-se que muitos deles são entusiastas das tecnologias da informação e comunicação, as quais são relevantes, especialmente, para a defesa territorial (formulação de denúncias, etc.), para o estabelecimento de parcerias, assim como para a disseminação dos valores culturais, de modo a contribuir com a cidadania e a defesa de seus direitos.

#### **4. OS INDÍGENAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Atualmente alguns povos indígenas da Amazônia brasileira tem se articulado e investido nas novas Tecnologias para divulgar seus valores culturais, resgatar e valorizar seus modos de vida, estabelecer estratégias e parcerias que possibilitam o desenvolvimento e a gestão territorial.

Neste sentido, Carvalho Melo e Almeida Silva (2016) consideram que a tecnologia desencadeia o processo de ressignificação como conceito de antropofagização, visto que este consiste no devorar de objetos externos, elementos e territórios pertencentes a “pertencentes a outras culturas, e incorpora de alguma forma como “seu” (p.153). As autorias pontuam as tecnologias e os projetos dentro do contexto da transculturalidade e da identidade na pós-modernidade, alicerçadas nas definições de Rolnik (1998), Haesbaert (2008, 2011), Haesbaert e Mondardo (2010), de modo que estão presentes as territorialidades, no caso, as indígenas.

Em relação às tecnologias, afirmam Carvalho Melo e Almeida Silva (2016) que:

[...] são utilizadas justamente como forma de proteção do seu território,

fortalecimento cultural, e afirmação da identidade e da luta indígena. [...] incorporaram o discurso do “desenvolvimento sustentável”, uma vez que os projetos concebidos e implantados em sua terra [...]. Os reflexos dessas estratégias antropofágicas [...] são importantes no processo de fortalecimento transcultural-sócio-ambiental-político-territorial e que dará cada vez mais autonomia e liberdade ao coletivo e, que não tem pretensão de ser modelo único aos demais povos indígenas, mas serve para reflexão e estratégia. (CARVALHO MELO E ALMEIDA SILVA, 2016, p.161-163)

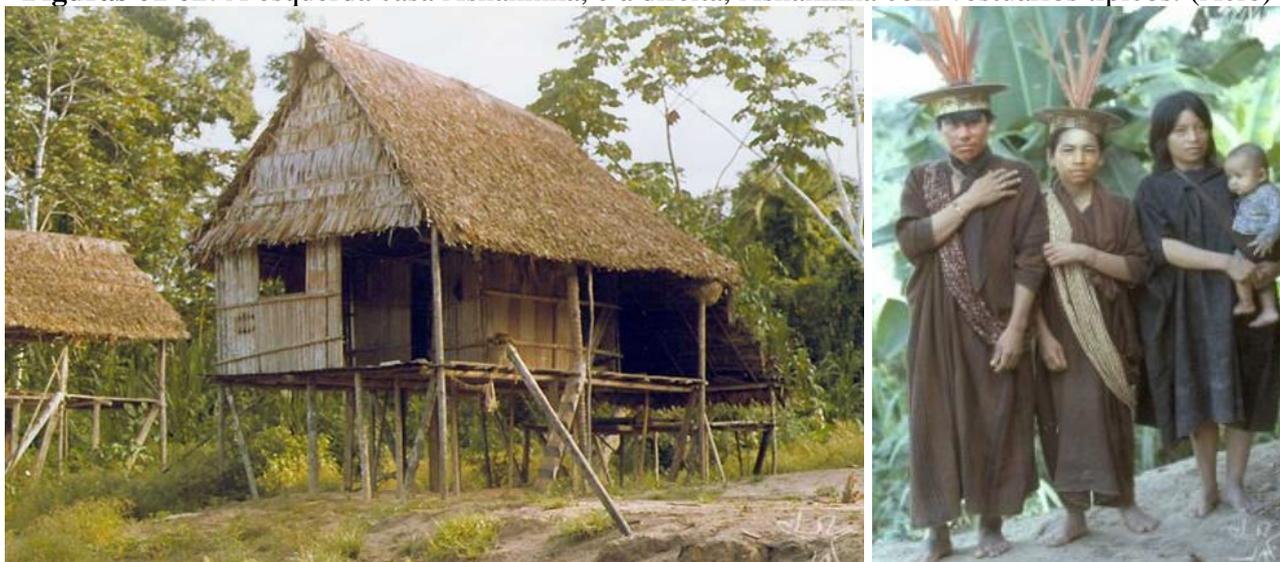
A partir da reflexão acima, os indígenas contam com o auxílio de computadores, celulares, câmeras, internet e outras tecnologias, as quais se somam a seus etnoconhecimentos, ou seja, seus saberes, valores e tradições ancestralmente construídos e herdados por sucessivas gerações. Neste trabalho, a abordagem se restringirá apenas aos povos Ashaninka (Acre) e os Paiterey ou Paiter Suruí (Rondônia), em decorrência da relação e do acesso estabelecido com eles. Ressalta-se que outros povos originários também utilizam de tais aparatos na Amazônia brasileira, todavia, não estão incluídos na discussão do presente trabalho.

#### 4.1. Povo Ashaninka, no Acre

A área de ocupação dos Ashaninka estende-se desde a região do Alto Juruá pela margem direita do rio Envira, no Estado do Acre, até as vertentes da cordilheira andina no Peru. A grande maioria dos Ashaninka vive no Peru. Os situados hoje em território brasileiro foram aqueles pressionados pelos caucheiros peruanos no final do século XIX (ISA, s.d., 2019) e migraram compulsoriamente para nosso país, mas que de algum modo ainda mantém laços com seus parentes que habitam o outro lado da fronteira.

De acordo com Bueno (2013), os Ashaninka (**Figuras 01 e 02**) foram um dos primeiros povos originários da Amazônia a se conectar à rede mundial de computadores. Para se defender dos madeireiros peruanos, que desmatavam suas florestas, prejudicavam seus recursos e muitas vezes entravam em atritos com a etnia, então resolveram inovar. Munidos de um painel solar para captar a energia e um computador, começaram a enviar e-mails para ONGs e para o poder público, oportunidade em que fizeram inúmeras denúncias. As informações foram recebidas na Presidência da República e repassadas à Polícia Federal e ao Comando do Exército, que montaram operação para combater os invasores.

**Figuras 01 02:** À esquerda casa Ashaninka, e à direita, Ashaninka com vestuários típicos. (Acre)



**Fonte:** <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ashaninka>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Hoje, a tecnologia faz parte da vida dos Ashaninka, os quais possuem um sítio na web e utilizam o Twitter para se comunicar com o resto do mundo, e principalmente destinada à proteção de suas terras. Em 2015 a parceria entre a Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa, 2019), a University College London – UCL e a Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC, os Ashaninka da Aldeia Apiwtxa, TI Kampa do Rio Amônia (município de Marechal Thaumaturgo – AC) possibilitou a criação do projeto de monitoramento territorial para a mencionada TI. Desde então, recebem treinamento pelo Grupo Ciência Cidadã Extrema (ExCiteS) da University College London para que aprimorem suas estratégias de proteção do seu território por meio do uso de um aplicativo de proteção territorial instalado em smartphones (APIWTXA, s.d., 2019).

Conforme demonstram **Figuras 03 e 04**, na primeira semana de setembro de 2015, o Grupo ExCiteS trabalhou na aplicação de uma metodologia participativa inovadora e com o desenvolvimento de um software adaptado à realidade dos povos da floresta. Como fato inédito eles construíram seu próprio aplicativo de monitoramento, com categorias e ícones desenhados por eles mesmos para identificar invasões em seu território.

**Figuras 03 e 04:** Lado esquerdo: dinâmica para a construção do aplicativo. Lado direito: ícone desenhado pelos Ashaninka para monitorar as invasões de caça com cachorro – Rio Branco, Acre (2015)



Fonte: <https://apiwtxa.blogspot.com/2015/10/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Também receberam treinamento no uso do smartphone e na transferência de informações dos aparelhos para o computador e para a Internet. A tecnologia desenvolvida permite o registro instantâneo das observações em campo, bem como a captura automática da coordenada geográfica (localização), de imagem e de depoimento oral. Essas informações são fundamentais uma vez que podem ser facilmente repassadas às autoridades por meio da Internet ou de SMS (APIWTXA, s.d., 2019).

Existem ainda outros parceiros como é o caso da House of Indians, organização não-governamental situada na Bélgica, que doou GPS rastreadores e câmeras de vigilância para a comunidade. Estes GPS rastreadores permitem localizar recursos ou objetos furtados em qualquer lugar do globo, e as câmeras de vigilância, já instaladas em locais estratégicos do território, operam 24 horas por dia e registram qualquer movimento que seja realizado em suas proximidades.

Esse novo modelo de gestão territorial garantiu aos Ashaninka da Apiwtxa reconhecimento internacional pela excelência no manejo. E o que gera toda essa base é justamente um conjunto destas ferramentas que os ajudam a assegurar a proteção de suas terras (APIWTXA, s.d., 2019).

Como pode-se ver o apoio de grandes entidades através das novas ferramentas de TICs de ponta auxiliou esse povo no combate às mazelas e ao monitoramento de suas riquezas.

#### 4.2. Povo Paiter Suruí em Cacoal – Rondônia

Os Paiterey ou Paiter Suruí vivem na TI Sete de Setembro localizada entre os municípios de Cacoal (Rondônia) e Rondolândia (Mato Grosso). Eles teriam emigrado da região de Cuiabá para Rondônia, ainda no século XIX, em fuga da perseguição de brancos. O primeiro contato com a Funai foi em 1969. Nos anos seguintes, aos poucos as epidemias devido ao contato, o êxodo para as cidades e a invasão de suas terras foram alguns dos fatores que quase extinguiu esse povo (SURUÍ, 2018; MEDEIROS et al, 2018; SURUÍ, 2018; ISA, s.d., 2019).

Na **Figura 05** tem-se uma waled (mulher) do período do contato e que continua em atividade, a qual utiliza-se de técnicas originárias, sua idade superior a 70 anos e é uma das guardiãs da memória de seu povo e com isso repassa seu conhecimento aos mais jovens.

**Figura 05:** Manganogan Suruí (Maria), uma das anciãs em atividade de tecer rede. TI Sete de Setembro – Cacoal, Rondônia (2019)



Fonte: Suruí, Gasodá, 2019.

Mas foi em meio a esse turbilhão de problemas que alguns de seus jovens, que já dominavam a língua portuguesa percebeu a necessidade de diálogo com os brancos, começaram a se articular. Nos anos iniciais do século XXI os Paiterey elaboraram e implantaram o Plano de Gestão Territorial como mecanismo estratégico composto por uma série de seus etnoconhecimentos na perspectiva de garantir as atuais e futuras gerações os meios necessários para uma vida com dignidade. Então em 2007 o Almir Suruí pediu aos executivos da Google que ajudassem seu povo a monitorar a floresta e no ano seguinte, o Google Earth Outreach, forneceu celular e laptops equipados com programas de dados capazes de abastecer o povo com informações sobre a floresta.

Também treinaram uma equipe composta por 30 indígenas com o auxílio de celulares e laptops (**Figuras 06 e 07**). Eles aprenderam a filmar e a postar vídeos no Youtube, e a usar as ferramentas do Google Earth na fiscalização da floresta (SCOFIELD JR, 2012).

**Figuras 06 e 07:** Suruí em workshop training do Google Earth Outreach, no Centro de Treinamento da Kanindé, em Porto Velho, Rondônia (2012)



Fonte: KANINDÉ (2019).

A abordagem sobre esses benefícios e como estes inferem para a grande finalidade do plano para gerar melhorias necessários à valorização da cultura e à conservação do meio ambiente, é nomeada por Almir Narayamoga Suruí, *Labiway eSaga* (líder maior do povo Paiter Suruí) em entrevista a Scofield Júnior (2012):

Nós decidimos usar a tecnologia para melhorar a comunicação, monitorar as ameaças à floresta e divulgar nosso plano de gestão das riquezas da floresta e preservação da cultura Paiterey. Mais de 400 caminhões com madeira extraída ilegalmente saíam do nosso território todos os dias. Precisávamos parar com aquilo. (SCOFIELD JÚNIOR, 2012, p. 01).

Depois dessa estratégia, os Paiterey começam a colher os primeiros resultados com o aumento populacional nas últimas décadas, cerca de 120% a mais da população entre os anos de 1992 a 2014 (ISA, s.d., 2019). Esse Plano de Gestão Territorial tornou-se referência e tem sido adotado por outros povos originários.

Ademais, além dos Ashaninka e Paiter Suruí existem vários outros povos que se utilizam dos benefícios das novas tecnologias da informação como meio de preservação cultural como exemplo, cita-se mais dois povos originários: os Rikbaktsa que habitam no noroeste de Mato Grosso, os quais empregam o que há de mais atualizado em tecnologia de geolocalização para monitorar seus castanhais e mapear novas áreas de coleta. Possuem drones e tablets à disposição para planejar as safras de castanha-do-brasil, PAGINA22 (2019); os Munduruku fazem uso de um aplicativo chamado Alerta, que permite monitorar o impacto de focos de calor, desmatamento e dados climáticos nas terras indígenas da Amazônia brasileira, IPAM, s.d.,(2019).

Como se constata, são estratégias adotadas e aliadas às novas tecnologias para alcançar os objetivos principalmente de preservação ambiental e cultural. Isso nos remete aquilo que Pinto (2009), afirmara sobre as TICs, que se tornaram para alguns deles, objeto de luta, ferramenta para competir com os meios de comunicação, para unir povos de vários lugares do Brasil e do mundo.

Os indígenas tiveram de se reinventar perante as ameaças constantes de seus territórios. As parcerias criadas até então contribuem pra a sobrevivência de suas culturas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi analisado as novas tecnologias utilizadas pelos povos indígenas como ferramentas de defesa e gestão territorial. Constatou-se que atualmente alguns desses povos se

reinventam em busca de novas estratégias para preservar seu povo, sua cultura e territórios como é o caso dos povos Ashaninka (Acre) e Paiter Suruí (Rondônia).

As novas tecnologias da informação e comunicação, que no decorrer dos tempos se aprimorou para facilitar, trazer conforto e praticidade à vida da humanidade, tem sido recurso estratégico para alguns dos povos indígenas da Amazônia brasileira. Ao despertarem para o mundo informatizado e globalizado, veem a possibilidade de usar esses meios de comunicação para realização de autodefesa, pois promovem denúncias, solicitam apoio, lançam suas questões ambientais e culturais ao mundo.

Por estas mídias é possível fazer sua voz chegar a espaços inimagináveis, devido à distância geográfica que geralmente os impediam de se articular. Deste modo, rompem as fronteiras espaciais e governamentais, pois conseguem atingir e despertar a atenção de grandes corporações, empresas localizadas em países “desenvolvidos” por meio de apoios e parcerias.

Tais ferramentas tecnológicas tornaram-se o novo arco e flechas desses povos, são como suas vitrines para denunciarem e se fazerem vistos diante os enormes problemas ambientais que enfrentam (PEREIRA, 2020). Com esse posicionamento, passaram a ser protagonistas dentro e fora de seus territórios, inclusive, como disseminadores de práticas consideradas como sustentáveis e reaplicáveis social, ambiental e econômica para diversos atores da sociedade envolvente.

Sabem da força e poder de influência que tem as redes sociais através dessas ferramentas antropofágicas, e compreendem ser importante não deixarem as “práticas colonialistas” — como reprodução daquilo recebido no primeiro momento do contato, pois necessitam delas, com isso, utilizam-se das mídias sociais como aliadas aos novos desafios.

Essa preocupação é voltada justamente na alteração de seus modos de vida. Isso nos instiga a necessidade de um olhar mais apurado sobre tais questões, o que a priori é possível considerar que o manejo dos recursos tecnológicos pode proporcionar a geração de benefícios positivos que alcancem suas coletividades.

## AGRADECIMENTOS

As autorias agradecem ao apoio pelo fomento concedido por meio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ, Chamada 003/2017 – PQR, ao projeto “Geografia e marcadores territoriais: sentidos e representações socioculturais amazônicas”.

Agradecem ao professor Hélio Rodrigues da Rocha pela revisão do texto em língua portuguesa; à Isabela Silva Barros Pereira pela revisão em língua inglesa.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Elaboração de Referências segundo ABNT/NBR 6023**. Biblioteca Unesp de Rio Claro, set 2022. Disponível em: [https://docs.google.com/document/d/1xwVlincnmYzfpF-n\\_QJ7Qu0Im-pocb2vCuIEqxwnFw/edit#](https://docs.google.com/document/d/1xwVlincnmYzfpF-n_QJ7Qu0Im-pocb2vCuIEqxwnFw/edit#). Acesso em: 25 jan. 2023.

ALBERTI, S. Direito do menor: a contribuição dos saberes psicológicos. *In*: MIRANDA ROSA, F.A. (Org.). **Direito e mudança social**. Rio de Janeiro: OAB RJ/UERJ, 1984. p.65-84.

ALMEIDA SILVA, A. **Entre a floresta e o concreto**: os impactos socioculturais no povo indígena Jupaú em Rondônia. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

APIWTXA. **Associação Ashaninka do Rio Amônia** – Apiwtxa. Disponível em: <https://apiwtxa.blogspot.com/2015/10/>. Acesso em 21 jun. 2019.

BUENO, C. Comunidades indígenas usam internet e redes sociais para divulgar sua cultura. Aldeia Global. **Revista Ciência e Cultura**. vol.65, n. 2, São Paulo, Apr./June 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n2/06.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CARVALHO MELO, K.; ALMEIDA SILVA, A. Os Paiterey e a tecnologia: antropofagia pós-moderna. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 149-166, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49666>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

DAVIM, D. E. M. Cultura: uma variável do espaço. In: **Anais da VI Semana de Geografia, Paradigmas do Século XXI**. V. Único. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

FARIA, I. F. **Território e territorialidades do Alto Rio Negro**. Manaus: EdUA, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GONCALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katálysis** [online]. 2007, vol.10, n.spe, p.83-92. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GUIMARÃES, A. C. Para uma eidética do Direito. **Cadernos EMAF, Fenomenologia e Direito**, v. 1, n. 1, p. 15-31, abr./set. 2008. Rio de Janeiro, Disponível em: [https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/downloads/para\\_uma\\_eidetica\\_do\\_direito.pdf](https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/downloads/para_uma_eidetica_do_direito.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

HAESBAERT, R. Multi/transterritorialidade e “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

HAESBAERT, R. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: OLIVEIRA, M.P.; *et al.* (org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ e ANPEGE. 2008.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, n. 24, 2010. p.19-50. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/378/297>. Acesso em: 10 abr. 2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2006 [1989].

IPAM. **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia**. Disponível em: <https://ipam.org.br/sobre-o-ipam/>. Acesso em 21 jun. 2019.

ISA. **Instituto Socioambiental**. Ashaninka. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ashaninka>. Acesso em 10 mai. 2019.

ISA. **Povos Indígenas**. Kaxarari. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaxarari>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ISA. Povos Indígenas. **Suruí Paiter**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/surui-paiter/845#> e <http://www.google.maps.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2019.

KANINDÉ. **Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé**. Disponível em: <https://www.kaninde.org.br/surui-workshop-2012-training-agenda-google-earth-outreach/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

KRUGLIANSKAS, I. **Tomando a pequena e média empresa competitiva**. São Paulo: IEGE, 1996.

MANDEL, A.; SIMON, I.; DELYRA, J. L. Informação: computação e comunicação. **Revista USP**, (35), 10-45. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26865/28646>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MARTINO, J.P. **Technological Forecasting for Decision Making**. 2.ed. New York: North-Holland, 1983.

MEDEIROS, T. K. A.; *et al.* Os etnoconhecimentos botânicos dos Paiterey e as repercussões no território: uma prévia análise na Aldeia Paiter da Linha 09 - Terra Indígena Sete de Setembro. **Confins** (Paris), v. 3, p. 1-36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13516>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MORE. **Mecanismo online para referências, versão 2.0**. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PÁGINA22. **Tecnologia auxilia povos indígenas a manejar produção da castanha em Mato Grosso**. Página 22. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2019/04/19/tecnologia-auxilia-povos-indigenas-manejar-producao-da-castanha-em-mato-grosso/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PALFREY, J.; GASSER, U. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PEREIRA, P. C. B. **O novo arco e flecha dos povos indígenas: as novas tecnologias como salvaguarda do povo Paiter Suruí em Cacoal, Rondônia**. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia/Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia. Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://posgeografia.unir.br/uploads/99999999/dissertacoes/MESTRADO/TURMA%202018%20MESTRADO/DISSERTACAO%20PAULO%20CESAR%20BARROS%20PEREIRA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PINTO, A. A. A “Inclusão Digital Indígena” na Sociedade da Informação. V Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009. p.01-15. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19128.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ROLNIK, S. Subjetividade Antropofágica. *In*: HERKENHOFF, P.; PEDROSA, A. (orgs.). **Arte Contemporânea Brasileira: Um e/entre Outros**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998, p.128-147. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Subjantropof.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SCOFIELD JÚNIOR, G. **Índio usa computador e internet para preservar Amazônia**. O Globo. Brasil. São Paulo, 03/03/2012, 21:05. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/indio-paiter-surui-usa-tecnologia-para-preservar-amazonia-4174905>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SILVA, C.A.F.; TANCAMAN, M. A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 55-66, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13351>. Acesso em: 25 mar, 2021.

SILVA, G. C. **O ciberespaço como categoria geográfica**. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14214>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SOUZA, M. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I.E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.

SURUÍ, G. **Paiterey Karah: a terra onde os Paiterey se organizam e realizam a gestão coletiva do seu território**. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia/Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia. Porto Velho, 2018. Disponível em: <https://posgeografia.unir.br/uploads/99999999/dissertacoes/MESTRADO/TURMA%202016%20MESTRADO/DISSERTACAO-GASODA%20SURUI.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SURUÍ, G.; ALMEIDA SILVA, A. Um enfoque sobre os Paiterey Suruí e sua territorialidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano XXIII, vol. XXIII - (2): janeiro/dezembro – 2019. p.464-481. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII\\_2/agb\\_xxiii\\_2\\_web/agb\\_xxiii\\_2-09.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII_2/agb_xxiii_2_web/agb_xxiii_2-09.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

THOMPSON, E. **Folklore, Antropologia y Historia Social**. Buenos Aires: Entrepasados, 1992.



---

#### Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

#### License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.